

TRABALHADORES FLEXIBILIZADOS E PRECÁRIOS E AÇÃO SINDICAL NA ITÁLIA¹

Maria Carmela Buonfiglio

APRESENTAÇÃO

O avanço da flexibilização do trabalho e sua conseqüente precarização, durante anos, deu-se sem uma oposição sindical, contando, muitas vezes, com o aval das grandes centrais sindicais. E isso ocorreu nos mais diversos países.

Nos anos '90, particularmente em meados da década, assistiu-se ao renascimento do sindicalismo, principalmente através da ação do sindicalismo de base (como os Cobas e a CUB, na Itália) ou mesmo, de mudanças em grandes centrais (como a norte-americana AFL-CIO). Nos mais diversos países ocorreram grandes manifestações e ações contra a flexibilização e a precarização (a maior delas, a greve geral da Coréia do Sul, que durou do final de dezembro 1996 a fevereiro de

1997). O sindicalismo, ou parte dele, voltava à linha de combate, abandonando a nefasta linha de “concertação”. Entretanto, apesar dessa mudança, apesar dos movimentos sociais, particularmente o movimento anti-globalização, apesar dos colapsos econômicos, políticos e sociais, a precarização aumenta. No âmbito sindical permanece ainda hoje a tensão entre os que insistem na linha da “concertação” e aqueles que apostam num sindicalismo mais combativo.

O objetivo deste trabalho é trazer um pouco do movimento do sindicalismo de base italiano, principalmente da RdB/CUB – Representação de Base/Confederação Unitária de Base – em favor dos trabalhadores flexibilizados, por anos esquecidos ou abandonados pelas grandes centrais. O avanço da flexibilização obrigou essas últimas a também se interessarem pelos “flexíveis”, afinal parte considerável dos trabalhadores e em número crescente. E, mais forte que isso, devido à ameaça de aniquilamento que uma flexibilização desenfreada lança, tanto aos trabalhadores estáveis, como a um

¹ Este texto resulta de experiência de pós-doutorado, realizado na UNIFI, Universidade de Florença, em 2003. Aos professores Emilio Santoro e Danilo Zolo, do Depto. de Teoria e História do Direito, da Faculdade de Direito, que nos acolheram e nos brindaram com sua generosidade e à CAPES que o propiciou, nossos agradecimentos.

sindicalismo voltado exclusivamente a tais trabalhadores. Assim, nos últimos anos, a CGIL vem atuando também junto aos “atípicos”, ou flexibilizados ou precários, tendo criado um departamento – ou, segundo a Central, um sindicato – para esses trabalhadores: o NidiL – Novas Identidades Laborais. (As outras duas grandes centrais italianas – CISL e UIL – também a imitaram, tendo hoje secções similares).

Neste trabalho, centramo-nos particularmente na análise da RdB/CUB, e do NidiL-CGIL, resumindo seus princípios, atuações e as diferenças que os separam. Ainda, dentro da RdB/CUB, especial destaque para um núcleo RdB, que até abril deste ano constituía – o CDLC – Comitê de Defesa dos Trabalhadores de Cooperativas – com o intuito de contribuir para a discussão em torno das cooperativas – e do mito de que elas seriam a solução para a atual crise do emprego que, particularmente no Brasil, confunde o movimento sindical.

Os objetivos deste trabalho extrapolam a mera exposição ou curiosidade por outro país, uma outra situação, mesmo tratando-se de um país do bloco dos ricos, integrante do G-8 (antes da inclusão da Rússia, G-7) ou da União Européia. Trata-se também de traçar implicações para o Brasil, principalmente pela influência que o sindicalismo italiano exerce sobre a CUT brasileira, especialmente aquele da CGIL, inclusive na questão “cooperativas”.

Na elaboração deste trabalho, além de observações, análise de material publicado em livros, revistas, jornais ou “sites”, utilizamos também algumas entrevistas e contatos com pessoas ligadas a ambas as centrais sindicais aqui focalizadas.²

² Foram realizadas entrevistas com a coordenadora do NidiL/CGIL de Florença, sra. Carla Bonora, com Renzo Caddeo, diretor da CGIL de Turim, com Igor Piotta, do IRES/CGIL (antes responsável pelo setor de “flexibilização” da CGIL/Turim), com Valentina Monte e Michele, do CDLC/RdB, de Florença; com o prof. Luciano Vasapollo, dirigente da RdB/CUB e pesquisador do Cestes-Proteo, de Roma; com Rita Martuffi, também pesquisadora do Cestes-Proteo. Ainda, com o prof. Paolo Giovannini, da Faculdade de Ciências Políticas da UNIFI (Florença) e outra, com ativistas do grupo “Socialismo Democrático”. A todos, nossos agradecimentos. As observações “in loco” referem-se ao cenário político italiano, e foram realizadas particularmente através do acompanhamento de conferências, palestras e manifestações.

O AVANÇO DA FLEXIBILIZAÇÃO NO MUNDO E A ITÁLIA NESSE CONTEXTO

O núcleo das transformações do trabalho, desde o final dos anos 70, encontra-se na “flexibilização”, na precarização que dela deriva e na crescente massa de desempregados. A elas se soma ainda a “reforma” da previdência e do trabalho, voltadas a aprofundar ainda mais a flexibilidade, levando a uma maior desproteção e insegurança do trabalhador.

Alguns teóricos apressados anunciaram o fim do trabalho, o fim do emprego estável, o fim do valor trabalho. Outros aterrorizam a sociedade com ameaças de juízo final caso suas reformas, voltadas a completar o ciclo hegemônico do capital financeiro, não se realizem e com a maior urgência possível. Ou seja, aprofunda-se o ciclo de deterioração da sociedade salarial e das proteções sociais ao trabalhador.

A questão flexibilidade e precariedade do trabalho condiciona diferentes posições teóricas e diferentes formas de atuação sindical. Num primeiro momento, com a ascensão do neoliberalismo, a crise que atingiu a sociedade salarial (Castel, 1998) levou ao sindicalismo de negociação, *com sua política de “concertação”* que, ao privilegiar o interesse das empresas, justificado pela “salvação de empregos”, levou a perdas significativas para os trabalhadores (salariais, redução de benefícios, desregulamentação ou diminuição das proteções legais), além do desemprego crescente.

Hoje, apesar do empobrecimento e desesperança de milhões, dos altíssimos níveis de trabalho desprotegido (“atípico”, “informal”, “autônomo”, “flexível”, “precário”),³ a reafirmação da

³ O trabalho atípico ou flexível, também chamado de “informal”, nos países ricos gira em torno aos 30 a 40% dos trabalhadores; nos países “em desenvolvimento” ou pobres, chega a 60%, como no Brasil (Dados do IBGE, para o Brasil e OIT, para os demais países.) Recente estudo divulgado pela OIT (1º./09/2004), *Economic Security for a better world. Programa sobre Seguridad Socioeconômica*. OIT, 2004, que utiliza dados de mais de 90 países, correspondentes a 85% da população mundial, concluem que apenas 8% dos trabalhadores desfrutam da segurança sócio-econômica, enquanto que ¼ dos trabalhadores vivem na insegurança. Os países da América Latina mostram os piores índices. As melhores

ordem imperial com suas políticas econômicas e sociais desastrosas aprofunda a crise do trabalho com a continuidade da destruição das proteções sociais através das “reformas” laborais (trabalho e previdência) e da manutenção do desemprego.

Algumas colocações sobre a Itália de hoje

A Itália de hoje, ou seja, a Itália do Bem-Estar, a Itália do Euro e da União Européia, mostra diferenças substanciais, se comparada à situação do país de apenas dez anos atrás: hoje apresenta-se como um país de pessoas finas, cultas e elegantes, abertas ao outro, a outras culturas, aos emigrantes, à diversidade. Um país de pessoas “politicamente corretas”, solidárias com as questões humanitárias, que recebem milhares de turistas o ano inteiro; onde trabalhadores menos qualificados, como os vendedores de supermercado mostram o domínio do inglês e de outras línguas, e até o “homem médio” discute temas internacionais; suas férias são sagradas, adoram as crianças, protegem os animais, mesmo os de abate; e, ainda, são belos e convivem com a beleza. Como disse um de nossos entrevistados, professor universitário, “*A Itália de hoje é rica, vive-se bem nela*”.⁴

Essa primeira imagem, embora real, é apenas uma delas. Há outra Itália, submersa, mais profunda, que teima em aparecer: a Itália dos pobres, um conjunto de 5 milhões de pessoas que representam 11% da população total (segundo

posições no índice geral de segurança são ocupadas pelos países da Europa, Suécia ocupando o primeiro lugar. A Itália ocupa apenas a 20ª posição na classificação geral, e cai para a 34ª, no item “Mercado de Trabalho”. Os EUA ocupam a 25ª. posição na classificação geral. (OIT: www.ilo.org; Financial Times, 02/09/04; Il Manifesto, 2/09/04 www.mir.it; acessados em 02/09/2004).

⁴ Esse retrato parcial e superficial faz entender a devoção exagerada a Nanni Moretti e a seu filme “*O quarto do filho*”, que, a nossos olhos, comparado a um filme com tema similar, “*Tudo sobre minha mãe*” de Almodóvar, fica a anos-luz dele, em força e dramaticidade. Mas Moretti capta a imagem que os italianos hoje têm de si próprios: sóbrios, elegantes até na dor, estóicos e “a vida continua”, porque “se vive bem na Itália”.

⁵ São dois os conceitos ou medidas utilizados para o estudo da pobreza: a “pobreza absoluta” e a “pobreza relativa”. A primeira delas (pobreza absoluta) leva em consideração o grau de desenvolvimento econômico de um país e se estabelece a partir da determinação do valor

dados do ISTAT,⁵ para 2002, divulgados em 23/07/03) e que se concentra na região Sul.⁶ Há ainda a Itália dos crimes sexuais – quase sempre contra prostitutas estrangeiras, a dos crimes e atentados políticos, da baixíssima taxa de natalidade; a Itália do controle das “*câmeras amigas*”, distribuídas pelas cidades, mania norte-americana, operadas por empresa da mesma procedência; a Itália dos CPT (Centros de Permanência Temporária) para imigrantes, das prisões; ou aquela dos esqualidos e tristes “soldados romanos”, em frente ao Coliseu, à espera de uns Euros dos turistas ricos (alemães, japoneses e, hoje menos, norte-americanos); a Itália da intolerância, do controle das informações e da censura, da economia entrelaçada, do retorno à economia auto-suficiente (para muitos, estratégia de sobrevivência) e que ameaça, ainda mais, as baixas taxas de crescimento; a Itália dos jovens sem trabalho (sempre, pior ao Sul), a Itália do crescente trabalho “atípico”, flexível e precário. E, assim mesmo, comparada aos nossos “tristes trópicos”, ou ao passado de emigração forçada “em busca do Eldorado americano”, “*hoje se vive bem na Itália*”.

Sem a menor intenção ou possibilidade de equacionar esses retratos díspares, fixemos nossa atenção sobre algumas questões e dados sobre o mercado de trabalho italiano que reforçam o quadro das ambigüidades:

a) **Desemprego**:- a taxa de desemprego total é de 9,4%; entretanto, há imensas variações regionais ou entre grupos etários. Assim, em algumas regi-

monetário de uma cesta básica de bens e serviços. São consideradas pobres as famílias com renda mensal inferior a esse valor. Já a “pobreza relativa” é uma medida que evidencia a desigualdade social de um país, pois se estabelece a partir da comparação entre a renda per capita e a renda média per capita nacional. Nesse caso, são considerados pobres aqueles com renda mensal inferior ou igual à metade da renda média nacional. Para 2002, os limites monetários de renda mensal que determinavam a pobreza absoluta eram de E\$ 559,00, enquanto que o limite para a pobreza relativa, era E\$ 824,13 mensais. Os dados do ISTAT aqui citados se referem à pobreza relativa.

⁶ Segundo o indicador “pobreza relativa”, vemos que no Sul os pobres representam 22% de sua população, ou seja, o dobro da taxa nacional. Quanto à “pobreza absoluta”, nessa região concentram-se 72,6% da população pobre italiana assim classificada.

ões, como a Toscana, essa taxa varia entre 4 e 5%; em outras, geralmente no Sul, a taxa de desemprego supera os 20%. Já o desemprego entre os jovens é superior aos 50%. Além disso, há também o desemprego oculto pelo desalento;

b) **Imigrantes:** como os demais países ricos, a Itália atrai imigrantes – chineses, coreanos, países do Leste europeu, africanos, paquistaneses, e alguns latino-americanos. A Caritas divulgou, em julho de 2003, uma estimativa desse universo que totalizaria 3,5 milhões de pessoas. Esses trabalhadores atuam na indústria (têxtil, confecções, indústria naval), na construção civil, em serviços de limpeza e manutenção, nos setores de alimentação, no comércio, e ainda no comércio ambulante, além das atividades ilegais. Nem todos são assalariados ou “autônomos”. Entre eles há também os proprietários (nos restaurantes chineses, ou em pequenas indústrias de confecção, onde muitas vezes iniciaram como operários, ou no comércio). Com exceção do minúsculo universo dos ricos (geralmente chineses), a maioria realiza trabalhos árduos e rejeitados pelos italianos (a exemplo da indústria têxtil do chenile na região de Prato, cidade que hoje tem a maior concentração de chineses); (Giovannini, 1996; também entrevista realizada com o autor, em abril 2003).

O crescente mundo do trabalho flexível e precário na Itália

As estatísticas ou estimativas sobre os trabalhadores “atípicos” na Itália, como em qualquer país, são problemáticas porque esse universo inclui tanto as novas formas de “contratação flexível”, como os trabalhadores “informais” e os “autônomos”; para aqueles que contribuem para a Seguridade Social (INPS), o número é fidedigno; quanto aos demais, trata-se apenas de aproximações ou estimativas, menos exatas. Os vários cálculos e estimativas apontavam, em 2003, para um conjunto de sete milhões de trabalhadores, quando em 2001 eram estimados em cinco milhões,

representando, em 2001, um terço dos trabalhadores e, em 2003, 40%.⁷ Assim, em apenas dois anos, verificou-se um crescimento de quarenta por cento, o que alerta ainda mais para as tendências perversas do mercado de trabalho.

A diversidade do universo dos “trabalhadores atípicos” inclui:

a) os “co.co.co.” “colaboração coordenada e contínua”: que representam o maior contingente dos atípicos (2.500.000 trabalhadores), presentes em todos os setores e ramos, com forte presença feminina e totalmente desprovidos de direitos. Empresas, como “*call centers*” (centrais de atendimento telefônico), chegam a ter a totalidade de seus trabalhadores nessa modalidade;

b) “interinos” (trabalhadores temporários, com duplo contrato, com a agência que os contrata e com a empresa): têm maior presença na indústria, sendo, geralmente, do sexo masculino;

c) trabalhadores de cooperativas, principal forma de desmonte do serviço público na Itália, embora também presentes no comércio, na indústria;

d) um conjunto de diversas modalidades de contratação, tais como subcontratados, consultores, autônomos, “tempo parcial”, “alugados” (geralmente trabalhadores em mobilidade geográfica, trazidos por agências do Sul do país) “*job sharing*”, prestação de serviços (“partita I.V.A.”), “informais”.

Em termos regionais, a maior concentração de trabalhadores atípicos da Itália estava na região da Lombardia: 1.340.000 trabalhadores, em 2003. (*Il manifesto*, 19-06-03, “Artigiani Critici”). Na região do Vêneto, (segundo *site* NIdiL/CGIL Veneto), a jóia do mito da “terceira Itália”, o número desses trabalhadores era estimado em mais de 160 mil. Florença, antes cidade de artesãos e comerciantes, segundo o INPS, contava com 65.000 trabalhadores “atípicos” (desses, 56.228 “co.co.co.”), com metade desses trabalhadores recebendo menos de 500 Euros mensais; os autônomos somavam

⁷ Gallino (2001, p.25), por exemplo, estima este universo, já em 2001, em 7 a 8 milhões de trabalhadores.

75.867. A região da Toscana, ainda segundo dados do INPS, em 2003, contava com 230.000 “co.co.co.”, que apresentavam uma média salarial de seiscentos Euros, além de 300.000 autônomos,⁸ já os assalariados com contrato padrão somavam 720.000 trabalhadores.

Essa “flexibilização” selvagem do mercado de trabalho remonta aos anos 80 (Buonfiglio, 2002), sendo que, em 1996, durante o governo de centro-esquerda de Romano Prodi, sancionou-se um conjunto de medidas com o fim de regulamentar o trabalho flexível – o chamado “*Pacote Treu*”. Esse objetivo foi cumprido apenas parcialmente (ou seja, estabeleceu regras para o trabalho “interino” ou temporário, mas não para o maior contingente dessas novas figuras do trabalho atípico, os co.co.co.). Por outro lado, deu certa legalidade ao trabalho flexível ou “atípico”, favorecendo, de certa forma, o maior recurso a ele. Por isso, no momento atual, quando o governo Berlusconi faz nova investida em favor da desregulamentação geral do mercado de trabalho, impondo o projeto (*Livro Branco do Trabalho*) preparado pela equipe de Marco Biagi (assassinado em 2002), o governo de centro-direita, com seu notório descontrolo verbal, atira: “*Foram vocês que começaram; só damos continuidade ao que vocês começaram!*”. Isso atinge também as centrais sindicais, incluindo a própria CGIL: a linha de sindicalismo de “concertação” dominante nesses anos – e ainda hoje não suficientemente desmontada – fez dela cúmplice também desses acordos.

A CGIL: DO SINDICALISMO DE NEGOCIAÇÃO À “NOVA ROTA”? Referendo, Nidil e FIOM

A CGIL, a grande central italiana, herdeira da tradição heróica do movimento operário, lide-

rou o sindicalismo de combate, tornando-se referência mundial, particularmente a partir do “outono quente” de 1968, quando as greves operárias, contraponto das revoltas estudantis daquele ano, paralisaram o país. E assim foi por dez anos, até a derrota dos metalúrgicos em 1978; a partir de então, a CGIL endossou também toda a linha de “concertação”, hegemônica nos mais diversos países nesses anos de domínio neoliberal.

Algumas mudanças se apresentaram, entretanto, como quando esteve à frente das greves dos metalúrgicos italianos em 1996 (devido ao não cumprimento do contrato, já “flexível”) que, naquela ocasião, anunciavam um novo “outono quente”. Em abril de 2001, a CGIL acabou por liderar⁹ a grande manifestação contra a flexibilização e em defesa do artigo 18 do Estatuto do Trabalhador, (que proíbe demissões imotivadas), marco importantíssimo não só da Central, mas das lutas de todos os trabalhadores, com repercussão internacional.

No XIV Congresso da CGIL, realizado em 2002, onde o comando da Central passou a Guglielmo Epifani, reafirmou-se a linha de luta contra a flexibilização e a precarização, próxima da tendência “Nova Rota”. Entretanto, as oscilações, a forte marca do sindicalismo de negociação de todos esses últimos anos é ainda muito presente na Central.

O malogrado referendo sobre a extensão do artigo 18 (proibição de demissões imotivadas) para empresas com menos de 15 empregados

Em 2003, o malogrado referendo de junho de 2003, sobre a extensão do art. 18 (proibição de demissões imotivadas) também aos trabalhadores em empresas com menos de 15 empregados, con-

⁸ Nesse caso, o universo dos “atípicos” e flexíveis que contribuem para o órgão equivale a 73,6% dos assalariados. Haveria, é certo, que descontar o peso da tradição de artesãos autônomos da região, e incluir aqueles que não contribuem. Entretanto, trata-se de dados do INPS, relativos à contribuição desses “atípicos”, baixa (entre 13 e 14%) e que renderia uma aposentadoria de 150,00 Euros, inferior à pensão mínima estipulada para fins sociais. (Il Manifesto, 30/06/03).

⁹ A campanha foi iniciada pelos Comitês de Defesa da cidadania, e pelo sindicalismo de base, como a Rdb/CUB, mas ao se tornar um movimento de massa contou com a força da Central e de seu secretário-geral, Sergio Cofferati, que ganhou projeção internacional como líder do movimento.

tou com a adesão tardia e insuficiente da CGIL. Mas o malogro não se deveu a isso, ao contrário, parecia que havia um pacto generalizado para esse resultado. Este referendo, proposto pelo PV (Partido Verde) e pelo PRC (Partido da Refundação Comunista), depois do êxito das manifestações de 2002, exorcizado pelo centro e pela direita (dificultaria a implantação da “reforma laboral”, a Lei Biagi), tornou-se indesejado também para vários setores da esquerda. Por isso, o que seria o grande teste, a reafirmação da escolha da sociedade italiana em defesa dos direitos dos trabalhadores, tornou-se o problema a ser evitado. De um lado, compromissos com setores empresariais, ou com a chamada “ilusão do desenvolvimento”, ou, mais ainda, com a “pequena empresa”, importante na economia italiana, ou com as tramas e as ambições políticas (caso de Sergio Cofferati, ex- secretário da CGIL, líder das manifestações de 2001, que mostrava pretensões à disputa pela prefeitura de Bolonha). Assim, a esquerda, o centro e a direita coincidiram na necessidade de abortar o referendo. O governo alterou a data da votação. Inicialmente programada para ocorrer junto com as eleições municipais, passou para uma semana depois e em plena temporada de verão, antecipado pelas altas temperaturas e férias. Um teste mais para o civismo dos italianos que sobre a extensão dos direitos. A amplos setores da esquerda, enfim, também interessava o malogro, ou seja, sem o quorum mínimo, salvavam-se as aparências sem riscos para ambos os lados – claro, perdia-se a oportunidade de reafirmação dos direitos, mas isso não interessava a esses setores majoritários, portanto, pouco se falou do referendo.

A própria CGIL adiou sua decisão, tomada apenas em meados de maio, e, mesmo dividida,¹⁰

decidiu pelo voto e pelo “Sim”; porém, somente no final de maio apresentou alguma propaganda. As razões para essa demora devem-se em parte à conjuntura internacional e nacional, mas também a questões da própria Central. No plano internacional, particularmente o ataque ao Iraque, que mobilizou o cenário sócio-político italiano, com grandes manifestações e debates; no nacional, o retorno da questão do terrorismo, depois do tiroteio no trem Roma-Pisa, com duas mortes e a prisão de uma “brigadista”, acusada de participação no atentado a Marco Biagi (autor do projeto de flexibilização) justamente quando o governo lança esse seu projeto. Mas, certamente, as cisões internas da própria CGIL também respondem por sua tardia e menor intervenção a favor desse referendo.

O resultado não surpreendeu: votaram apenas 25,7% dos eleitores (ou seja, 12 milhões num total de 49 milhões de eleitores, sendo a maioria, 11 milhões deles, favorável), portanto ficou anulado por não ter alcançado o quorum necessário (50%+1). Resultado que agradou a todos, direita e esquerda, salvo os poucos que se empenharam – tardia e insuficientemente, é certo – pelo “Sim”. Com isso, estabeleceu-se um caminho aberto para a maior flexibilização, para o fim do impedimento de demissões imotivadas, para o “pacto para a Itália”, assinado pela CISL e pela UIL, em 5 de julho de 2002, quando aceitaram o chamado de Berlusconi, mesmo depois das grandes manifestações conjuntas contra a retirada desse artigo, abandonando a CGIL. Ou seja, a falência do referendo facilita os planos do governo, de sua reforma – “experimentalmente” por três anos – e permite não só as demissões imotivadas para todos, mas uma flexibilização ainda maior.

¹⁰ Num dos raros eventos da CGIL toscana para discutir a questão (em 31/3/03), o secretário-geral – Silvestre – pronunciou-se contra o referendo, defendendo sua posição com o argumento sobre o peso da pequena empresa na região e que isso inviabilizaria os negócios. A questão que um trabalhador, seja da pequena ou micro empresa, deva ter direito à proteção contra demissões imotivadas – e que isso não necessariamente inviabiliza os negócios – parecia sem significado. Nesse mundo das microempresas, repleto de trabalho ilegal ou informal, teria poucas probabilidades de aplicação devido a dificul-

dades de fiscalização. Entretanto, a vitória desse referendo constituiria um marco político, por assinalar a vontade da sociedade italiana em favor dos direitos. Paulo Giovannini, professor da Faculdade de Ciências Políticas, da Universidade de Florença explica esse posicionamento pela marca do fascismo, e pelos erros cometidos no passado, quando se estigmatizou a classe média. Portanto, agora o cuidado em não contrariá-la.

NidiL-CGIL: novas identidades laborais

O avanço da flexibilidade, o crescimento dos contratos atípicos, além de dividir os trabalhadores entre protegidos e desprotegidos, coloca os sindicatos no dilema lampedusiano de “mudar para permanecer”, pois essa tendência ao crescimento desenfreado da flexibilidade ameaça tornar-se a regra e, com isso, reduz o papel dos sindicatos, destruindo seu poder, além de já o terem descaracterizado. Num mundo flexibilizado, um sindicato restrito a trabalhadores regulares perderia o sentido de sua própria existência. Ainda a ação em favor dos “flexibilizados” é também uma medida de proteção aos assalariados com contratos por tempo indeterminado: em tempos de supremacia exclusiva do mercado, de obsessão pela redução de custos, as empresas, livres para sua escolha, preferirão o custo menor, e poderão, portanto, substituí-los totalmente pelos precários, realidade já presente em vários “*call centers*”.

Assim, em maio de 1999, a CGIL criou o NidiL, o sindicato dos trabalhadores atípicos – “co.co.co”, interinos (temporários, com duplo contrato – agência e empresa) prestadores de serviços, consultores, terceirizados, “*free-lancers*”, para lhes oferecer informações e alguma proteção, através de negociações. Orienta-os e os assessora, indicando e disponibilizando informações sobre previdência, I.R., ou sobre associações seguradoras (Sociedades de Mútuo Socorro, inspiradas naquelas do século XIX, da origem do sistema previdenciário) que hoje se definem como seguradoras sem fins lucrativos, embora ao menos uma delas, na origem, fosse uma cooperativa semelhante à Unimed. Exemplos dessas empresas ou associações: UNIPOL, ou Assicurazione INAIL, ou Insieme Salute. Facilita, ainda, crédito através de convênio com um Banco (Monte dei Paschi di Siena).

A estratégia de atuação, além da assistencial, volta-se para a negociação com as empresas, sempre em conjunto com o sindicato de categoria, com o objetivo de obter um contrato para os flexíveis ou “atípicos”, de forma a garantir-lhes alguns direitos.

No conjunto do trabalho flexível e precário, apesar de se dirigir a várias categorias, o NidiL-CGIL tem atuado mais na tentativa de conseguir uma contratação aos “co.co.co.” – colaboração coordenada e contínua – termo totalmente inadequado que designa mais de 2,5 milhões de trabalhadores, presentes nos mais diversos setores sem qualquer proteção, regidos apenas pelo código civil e não pela legislação trabalhista (Estatuto do Trabalhador).

Como reconhece a coordenadora do núcleo da Toscana, Carla Bonora, este ainda é um trabalho árduo e pouco visível, exatamente pela dificuldade de organizar e trazer para o sindicato os precários (co.co.co), trabalhadores facilmente intimidáveis, com muito medo, porque a ligação com o sindicato pode levá-los a perder o trabalho. Os sindicatos gabam-se de alguns acordos bem sucedidos, pelos quais garantiram alguns direitos a esses trabalhadores. Entretanto, tratam-se quase sempre de contratos com entidades governamentais (prefeituras ou governos estaduais) – e tanto no caso de Florença, da Toscana e de Roma, governadas por políticos de esquerda, com os quais há maiores possibilidades de se lograr um acordo razoável.

Na entrevista, a secretária do NidiL/Toscana preferiu não dar números de filiações ou êxitos, mas citou contratos celebrados, reconhecendo que ainda é pouco, que ainda falta muito. Já no “*site*” nacional, o boletim NidiL News, em notícia de 12/9/02 (“Eleita a nova secretaria nacional de NidiL-CGIL”), concluía, em tom ufanista, que nos seus 3 anos de existência teriam celebrado mais de 60 acordos que abrangiam mais de 60 mil trabalhadores. Um êxito, sem dúvida, mas minúsculo frente ao número total desses trabalhadores (2, 5 milhões).

Entretanto, mais que números, nesse momento, talvez o mais importante seja exatamente o fato de a CGIL atuar junto aos flexibilizados, procurando o caminho de alguma proteção. Mas isso basta, é suficiente? O sindicato nacional, através de material publicado e do “*site*” na internet, fala e dirige-se a várias categorias dos atípicos, mas não

traz qualquer palavra sobre os trabalhadores das cooperativas ou os precarizados do serviço público. A coordenadora de Florença justificou a preferência pelos “co.co.co” por serem os mais desprotegidos, porque não têm contrato. Mas aqueles que têm um contrato “flexível”, ou seja, ruim do ponto de vista das proteções, como ficam? Bastaria um contrato, qualquer contrato?

E, mesmo sobre esse novo departamento, as opiniões na CGIL se dividem: para alguns, o NidiL é fundamental para dar conta do futuro; para outros, mesmo dirigentes, algo mínimo, que não conta (entrevista, CGIL-Turim, maio 2003).

Os metalúrgicos da FIOM, a “nova rota” em ação: (“interinos”, contrato, democracia)

A FIOM/CGIL, a federação dos metalúrgicos, de tantas glórias no passado, hoje se interessa por outra classe de trabalhadores flexíveis, os “interinos” e de maneira mais firme e agressiva que a atuação geral do NidiL. Na negociação deste ano, do malogrado contrato de trabalho, tentava a transformação dos contratos desses trabalhadores em contratos padrões (ou seja, por tempo indeterminado), e defendiam o reajuste linear. Entretanto, ficaram novamente isolados, pois a CISL e a UIL (as duas outras grandes centrais) assinaram o contrato danoso; os metalúrgicos protestaram com greves e manifestações nas mais diversas cidades italianas (15 e 16 de maio de 2003). Esses protestos foram insuficientes para impor outro contrato, apesar da representação majoritária da FIOM/CGIL, porque, desde o governo Berlusconi anterior, a assinatura com apenas uma central, mesmo minoritária entre uma categoria, garante a imposição aos demais.

Mas, repetimos, a linha de concertação ainda é forte na CGIL; alguns dias depois de presenciarmos uma das manifestações pelo contrato dos metalúrgicos (em Florença), na CGIL da região de Turim (Piemonte) ouvimos o seguinte de um dos responsáveis hoje pela Formação (ex-professor da

Universidade de Turim, e antes responsável pelo setor da reestruturação e da flexibilização: “*Culpa da Fiom. É preciso saber negociar, não se pode deixar a CISL sozinha, deve-se zelar pela unidade sindical... A Fiom queria o reajuste linear e desde os anos 70 isso não acontece; além do mais é injusto, porque é preciso preservar as competências, premiar as qualificações.*” (entrevista, CGIL/Turim, 20/5/03) A “unidade sindical” de nosso entrevistado refere-se apenas aos acordos CGIL-CISL-UIL, à linha de “concertação”, e nunca incluía o sindicalismo de base.

Mas, felizmente, a História é sem fim, e a FIOM não se resignou frente a esse autoritarismo. Em julho de 2003, iniciaram uma estratégia audaz: abertura de negociações (1.058, envolvendo 210 mil trabalhadores), numa ação articulada, pressionando com greves intermitentes (em média, 32 horas de greve; alguns, usando a “greve por gênero”: os homens paralisavam as atividades durante meia hora; na meia hora seguinte, as mulheres) e passaram a realizar contratos por empresa. Estavam efetivando, assim, o contrato original que o acordo CISL/UIL-Cofindústria impediu, incluindo o aumento único para todos. Até 26/07/03, tinham sido realizados 67 desses contratos, beneficiando 12.000 trabalhadores; em agosto, a ação deveria chegar às grandes empresas. Dessa forma, garantiram não só o reajuste único, mas ainda a reafirmação do contrato de 1999 que lhes assegura a não adesão às novas leis do mercado de trabalho, e ainda a passagem dos atuais contratos temporários (“interinos”) a contratos por tempo indeterminado. E mais que tudo, a questão – central – da democracia: que sejam os trabalhadores a decidir seus contratos.¹¹ (*Il manifesto*, Gabriele Polo, 26/07/03).

¹¹ Hoje, a democracia no trabalho vem sendo ameaçada mais uma vez por uma nova lei (Lei 30) que pretende abolir a representação sindical (RSU), complementando a desestruturação dos direitos e da vida sindical.

RDB/ CUB: Representações Sindicais de Base/ Confederação Unitária de Base

A CUB – Confederação Unitária de Base – nasceu na primavera de 1992, afirmando-se como sindicato de luta, portanto, contrária à linha de “concertação” vigente nas grandes centrais, CGIL incluída. Nasceu, aliás, a partir de uma cisão entre sindicalistas e militantes da própria CGIL, desconformes com a linha de negociação adotada. Representante do sindicalismo de base que nasceu no final dos anos 80 com os COBAS (Comissões de Base), independente, mostra uma postura combativa, empenhando-se em lutas contra a reestruturação, contra a flexibilização e precarização do trabalho, contra as privatizações. Ou, ainda, tomando posições nas questões internacionais contra as guerras dos anos 90 - Iraque 1991, Croácia e Bósnia, Sérvia, Afeganistão, ataque ao Iraque de 2003 - muitas delas toleradas por vários setores e organizações que as classificavam como “humanitárias”. Declara-se o mais importante sindicato de base, mais apropriadamente confederação, em atuação hoje na Itália; participa do Conselho Nacional da Economia e do Trabalho, CNEL, participação assegurada por sua representatividade. Está presente no setor industrial, nos serviços, no setor público, além de incluir os aposentados, e o movimento por moradia. Reúne, assim, trabalhadores metalúrgicos, químicos, farmacêuticos, eletricitários, aeroportuários, trabalhadores da indústria alimentícia, da têxtil, dos correios, dos transportes, das telecomunicações, da saúde, da educação, da limpeza. Desde seu nascimento, luta pelos direitos dos trabalhadores com contratos de todo tipo ou mesmo sem contratos, inclusive aquelas das cooperativas.

Entre os objetivos da CUB estão a “defesa e desenvolvimento do sistema previdenciário público, do Ensino, da Saúde, dos serviços sociais, do território e do ambiente; defesa do emprego, através da redução do horário de trabalho (32 horas) sem redução salarial e criação de trabalhos socialmente necessários; defesa e aumento do salário, com forte recuperação salarial e diminuição das

taxas que incidem sobre ele; direito à saúde, à segurança nos locais de trabalho, direito à moradia e aluguéis justos, através do relançamento da construção pública e da recuperação da degradação habitacional; direito dos trabalhadores decidirem sobre acordos, negociações; eleições democráticas dos representantes sindicais, além da defesa do direito de greve”.

Também presta serviços aos trabalhadores, como “recuperação de créditos do trabalho (atrasados, diferenças não pagas, etc); assistência legal, fiscal e previdenciária; atendimento de queixas relativas à saúde, ao ambiente, doenças profissionais, assistência a trabalhadores imigrantes e aos deficientes físicos.” Declara sua total autonomia em relação aos partidos ou aos governos, e que é sustentada exclusivamente pela contribuição dos trabalhadores (mensalidades dos associados ou pagamento de taxas quando da utilização de serviços).

Seu documento para a II Assembléia Nacional, realizada em 2003, faz uma análise primorosa da crise, da economia mundial, da economia italiana; da mesma forma, a revista *Proteo*, publicada pelo instituto de pesquisas a ela ligado (CESTES – Centro de Estudos das Transformações Sociais e Econômicas), destaca-se pelo alto nível de seus artigos e ensaios, onde se destaca a clara e firme postura contra a atual flexibilização.

Propõem como bandeira, além da luta pela defesa das condições materiais, uma via alternativa ao neoliberalismo desses anos, com uma luta pela distribuição menos nefasta da riqueza, o que “não constitui uma revolução, mas afirmação de um direito natural” (CUB, 2003, p. 17). Reafirmam ainda a dimensão da classe e da necessidade do conflito de classe contra todas as divisões ideológicas impostas aos trabalhadores (estáveis contra precários; jovens contra velhos, empregados contra desempregados).

Sua atuação dirige-se à organização de base dos trabalhadores, flexíveis ou não; são influentes, por exemplo, nos setores dos transportes, trens, aeroportuários, correios, ou seja, nos serviços estatais, exatamente por se oporem à privatização.

No caso dos precarizados, buscam a transformação de contratos “flexíveis” em contratos por tempo indeterminado, através de ações legais ou negociações e manifestações. Em 10/06/03, organizou em Roma a manifestação dos LSU (“trabalhadores socialmente úteis” – geralmente, pessoal de limpeza), pressionando para a efetivação da sentença judicial que obrigava as entidades a contratá-los em caráter definitivo (*Il Messaggero*, 09/06/03).

Em termos de manifestações, destacamos sua participação, junto a vários movimentos, na organização do *May Day Parade*, o 1º de maio dos flexíveis, dos precários que recusam esse “destino”. Realizada em Milão pelo segundo ano, chama a atenção mais ainda pelo contraste do que se tornou essa celebração: de um lado, a festa da “unidade sindical” das três grandes centrais, com muitos “shows”, esvaziada de conteúdo, de outro, a manifestação dos precários, lembrando a tradição de luta dessa comemoração.¹²

Entre os problemas que enfrentam, assinalamos o apontado por um ativista de grupo de esquerda (Socialismo Democrático): “o problema delas (RDB/CUB) é que se tornaram uma confederação pequena”. (Entrevista, maio 2003). Ou seja, para concorrer com as grandes centrais, tiveram que assumir a estrutura da confederação, uma inevitável organização mínima, mas complexa. Portanto, aqui surge o risco de comprometer a organização de base, essencial para um sindicalismo democrático.

¹² As últimas comemorações do 1º de maio, no Brasil, deixavam um grande incômodo: as lutas deram lugar à festa-espetáculo, vazia de conteúdo, sem falar nos sorteios. Nada que lembrasse as origens, a história, a tradição que consagrou esse dia à memória das lutas, ao reforço dessa identidade do ser trabalhador. Pensávamos que se tratasse de fenômeno apenas brasileiro. Foi preciso ver o 1º de maio na Itália. A comemoração também lá foi transformada em espetáculo, grandes *shows* com artistas populares (seria essa a origem de nosso 1º de maio tão descaracterizado?). Neste ano, o tom político foi dado pelos metalúrgicos que vaiaram, chamando de “traidor” o secretário da CISL, responsável pelo malogro de suas negociações. No mais, uma festa colorida que pouco guardava do verdadeiro 1º de maio.

CDLC/Toscana-Florença: Comitê de Defesa dos Trabalhadores em Cooperativas

O Comitê de Defesa dos Trabalhadores em Cooperativas transformou-se em núcleo da RDB durante o período em que realizamos a pesquisa (abr./maio 2003).

Num dos primeiros contatos que mantivemos com eles, a resposta à nossa indagação a respeito do referendo sobre o artigo 18 revelava uma idéia de fato consumado frente à flexibilização: “*Para que esse referendo? Agora que a flexibilização já está feita, de que serve ele? Não muda nada para nós, das cooperativas*”. (V.M., trabalhadora em cooperativa social e ativista – Florença, abril 2003).

Na segunda visita, já em maio, o tema “referendo” era assentado sobre outra argumentação, justamente por sua transformação em núcleo da Rdb: “*Ah, sobre o que você perguntou do referendo, agora somos a favor. Vamos fazer campanha pelo ‘Sim’*”. Vale lembrar que nesse meio tempo, aderiram à RDB/CUB – e foi ela a assumir a campanha pelo “Sim”, um pouco antes da CGIL e talvez com maior afinco, embora com maiores limitações. Sabiam que já era tarde, mas trabalharam por um resultado honroso, ou seja, uma massa de votos que assinalasse a rejeição da flexibilização, o voto pelos direitos da sociedade italiana. Algo que ia além do que efetivamente se julgava no referendo.

Deve-se alertar para a situação de precarização dos trabalhadores em cooperativas – sociais ou não – na Itália, principalmente porque foi essa a forma encontrada para a reforma do Estado, nesse país. A desestruturação do Estado e do serviço público se deu, então, através dessas cooperativas criadas para prestação de serviços ao Estado (saúde, educação, assistência a idosos, cultura: serviços em museus, etc), além da concessão da gestão de vários serviços públicos a empresas privadas. Essas cooperativas, então, praticam toda a sorte de flexibilidade e precarização, ou seja, são responsáveis pela existência de trabalhadores, no serviço público, com direitos reduzidos ou sem direitos (o último contrato de trabalho foi assinado em 2000 – um contrato “flexível”, é claro).

A dificuldade de reunir esses trabalhadores é enorme – até pela carga de trabalho: uma visitadora social, por exemplo, deve se deslocar pela cidade, mas esse tempo de trajeto não é computado em seu horário de trabalho. O deslocamento espacial até o momento dificulta a articulação desses trabalhadores e o quadro de relações partidas, fragmentadas (por ex., uma professora substituta ou uma técnica em educação especial que hoje presta serviço numa creche, amanhã noutra, etc). Além disso, afeta-os o quadro de desalento daqueles que vivem em empregos inseguros, intermitentes, com uma remuneração também insuficiente, sem planos para o futuro, ou sem vislumbrar a possibilidade de independência e autonomia (constituir família, ou mesmo sua própria sobrevivência futura, pois cada vez mais o mercado de trabalho prefere jovens que podem viver menos dramaticamente essa situação). Portanto, mais que tudo chama a atenção o esforço hercúleo desses trabalhadores-ativistas – porque essa atividade é realizada paralelamente ao seu trabalho, sem nenhuma liberação para a atividade sindical; aqui, predomina uma precária infra-estrutura em suporte à burocracia sindical (um local muito simples, emprestado para reuniões, um computador, também emprestado e que lhes permite manter um *site* na internet; além do local das reuniões, também mantêm outro na periferia de Florença para atendimento aos trabalhadores de cooperativas).

DIFERENÇAS RDB/CUB E CGIL NA QUESTÃO DA FLEXIBILIDADE E NA LUTA PELOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

Uma resposta que nos pareceu resumir perfeitamente as diferenças entre a Rdb/CUB e a CGIL/NidiL: “*Mas eles são contra a flexibilização!*” (Entrevista, NidiL/CGIL/Toscana/Florença, maio de 2003). Desnecessário dizer que aqui este “eles” refere-se à Rdb/CUB. Portanto, a questão é que a CGIL por mais que tenha avançado ainda não se livrou de sua “carga” dos anos de “negociação”, de “concertação”. E, frente ao dilema da crescente

flexibilização e precarização, quer pôr remendos, negociar alguns direitos, mas ainda prevalece nela a idéia da inevitabilidade desse processo e desse modelo de desenvolvimento.

Sobre as relações tensas – ou, mais apropriadamente, ausentes – entre a CGIL e a RDB, a nossa pesquisa recebeu algumas respostas:

- de um dirigente da CGIL: “*Mas são eles que não querem relações conosco! Eles nos chamam de traidores, como é possível uma relação assim? Na verdade, eles saíram de nós! Eram da CGIL e romperam conosco!*” (Entrevista, CGIL/Turim, maio 2003) (E insistimos: “mas quando eles convocam para uma greve, a CGIL não entra e quando vocês convocam, eles aderem”. Como resposta, só um “ehh!”, expressão de supremacia.);
- de um militante-organizador de um núcleo RDB: “*NidiL? E isso existe? É piada. Depois de fazerem os acordos da flexibilização, o que querem? São os responsáveis por isso que está aí.*” (Entrevista, maio 2003).

A questão básica e determinante refere-se à postura frente à flexibilização e à precarização e que condiciona a estratégia e objetivos das ações adotadas. A Rdb/CUB declara-se decididamente contra ambas, e, portanto, atua no sentido de transformar essas relações de trabalho em contratos por tempo indeterminado, garantindo os direitos dos trabalhadores assegurados pelo “Estatuto do Trabalhador”. O NidiL/CGIL pretende contratações que garantam alguns direitos. A dividi-las, há ainda a questão das cooperativas, principalmente aquelas “sociais”, forma encontrada no país para se atingir o “Estado mínimo”. Nesse país, como afirmamos anteriormente, a descaracterização do serviço público deu-se através da criação de “cooperativas sociais”, forma da precarização do serviço público. As três grandes Centrais, novamente incluída a CGIL, foram signatárias desses contratos (ex. o último contrato nacional, assinado em 2000 e ainda não renovado, tem lá a assinatura da CGIL). Na entrevista com a coordenadora do NidiL/Toscana, a cooperativa ficava fora do interesse e da atuação do sindicato, porque “eles têm contrato”; na região, a atuação voltava-se exclusivamente aos

“co.co.co”. Entre o material da CGIL (publicações ou “sites”), embora a ênfase maior seja colocada nos “co.co.co”, os pobres “colaboradores” sem qualquer direito, há referências a outras modalidades dos “atípicos”: interinos (tempo determinado), consultores, “autônomos”, tempo parcial, colaboradores. Porém, nem nas publicações, nem no site da CGIL ou do NidIL encontra-se qualquer referência aos trabalhadores das cooperativas, nem aos do serviço público, nem aos do setor privado, ambos subcontratados e precarizados, com ou sem contrato. Uma única exceção: pequena notícia sobre a secção sindical dos servidores públicos (FP – função pública) de Roma e Lácio, da CGIL, que decidiu, em 2003, intervir também nas “cooperativas sociais”, onde 11 mil trabalhadores na região, dos quais 7 mil em Roma, sofrem a perda de direitos e o descaso da CGIL (*Il Manifesto*, 29/03/03).

Vale lembrar que o modelo das cooperativas do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Bernardo do Campo, a UNISOL da CUT, foi criado em 2000 à imagem e semelhança do modelo italiano da CGIL. Em 1998, técnicos do DIEESE e sindicalistas da CUT viajaram à Itália (e à Espanha), e contaram com a assessoria e recursos da Central (Oda, 2001, p. 22). Em Turim, em encontro-entrevista na CGIL local, em maio de 2003, querendo ilustrar as boas ações e atuações internacionais da CGIL, o dirigente cita as cooperativas que ajudaram a criar em São Paulo (a UNISOL). Frente às nossas reticências ou críticas, passou a citar outras iniciativas: criação de uma escola no Pará, outra, que estariam montando em S. Paulo, em iniciativa conjunta com a CISL, creche na Bósnia, fotos e agradecimentos das criancinhas, etc.

Se observarmos as vitórias ou conquistas recentes da RdB/CUB, deparamo-nos novamente com esse “divisor de águas”. Uma das mais importantes refere-se à transformação de ex-trabalhadores “LSU” (“trabalhos socialmente úteis”) das escolas, subcontratados, precários, em trabalhadores com contrato por tempo indeterminado do Estado. Depois de longa ação legal, obtiveram sentença definitiva do Conselho de Estado, que estabelece reserva de 30% das vagas (correspondentes

a 1500 postos) a esses trabalhadores. A concretização dessa vitória dependia, apenas, da assinatura do decreto pelo Ministro da Educação. Entretanto, a demora no cumprimento da sentença devia-se, segundo o “Comunicado RdB/CUB”, de 22/07/03, (www.rdbcub.it) à interferência da CGIL, da CISL e da UIL, que colocariam obstáculos a essa assinatura a fim de favorecer as subcontratações das cooperativas que atualmente realizam esse trabalho, alegando a defesa de todos os precários e não apenas de um grupo. Mais que tudo, diríamos que aqui se trata da disputa entre as Centrais pela hegemonia de uma forma de sindicato, de uma forma de luta e por seus associados. Outra vitória, no mesmo sentido da anterior (transformação de precários em contratos por tempo indeterminado), obtida dessa vez através de acordo para 20 trabalhadores LPU na província de Pomezia (RM) (Comunicado de 10/07/03; acordo em 03/07/03). Uma terceira, noticiada pelo *Corriere della Sera*, em 18/06/03, traz acordo entre RdB/CUB e institutos municipais, empresas de limpeza pública, multiserviços e prefeituras do Vale dell’Ainiere, que previa, até o final de 2003, 2.550 postos reservados aos LSU que passariam a contratos por tempo indeterminado.

A CGIL também tem obtido conquistas, embora parciais (alguns direitos, alguma melhora) e mais lentas e graduais (estendem-se ao longo de anos). Por exemplo, “vitória” da CGIL/CISL/UIL com a assinatura de um protocolo (o acordo deveria ainda ser aprovado pelos trabalhadores) com a Assocallcenter, que reúne 32 médias empresas que atuam como subcontratadas de outras empresas, com um total de 12 mil empregados (“co.co.co.”). O contrato prevê a transformação em três anos desses colaboradores em contratados por tempo indeterminado (no primeiro ano, 25%; no segundo, 40% e no terceiro, 100%); assegura ainda, no primeiro ano, o pagamento de 80% do valor de referência para os colaboradores, e, no segundo ano, 90% (*Il Manifesto*, 10/7/03). Uma quase vitória.

O ônus do “sindicalismo de negociação” acompanhará a CGIL ainda por um bom tempo e duplamente: de um lado, o passado em que cele-

braram os acordos, contribuindo, de certa forma, para o quadro presente; e, de outro, a presença ainda na CGIL do pensamento e atitude da “concertação”, muito vivo em seus quadros e dirigentes, se bem que ausente do documento oficial do XIV Congresso da Central, de 2002, ou de outros documentos ou atos (como o já visto endosso ao referendo do artigo 18). E isso se reflete na ambigüidade de sua atuação: no longo feriado de abril, devido à coincidência da Páscoa seguida pela data da libertação da Itália, um acordo decidiu a abertura dos museus nesses dias. Na Toscana e, mais ainda, em Florença, os trabalhadores precários dos museus tiveram que trabalhar, com exceção dos 400 ligados ao sindicalismo de base que paralisaram as atividades no dia 26/04/03, pois a CGIL assinou contrato permitindo esse trabalho extra.

A questão mais grave, que ameaça anular os ganhos que a CGIL vem conseguindo nesses contratos para os “atípicos”, reside na “reforma do mercado de trabalho” de Berlusconi. Se efetivada, cancelará as atuais figuras do trabalho “atípico” como “interinos” (atuais temporários, ligados a agências e com tipo de contrato específico), ou os numerosíssimos “co.co.co”, bem como os avanços em favor desses trabalhadores. (O contrato nacional dos “interinos”, renovado em 2003, depois de longos meses de negociação, perderá o sentido; os acordos para os “co.co.co”, também). A dificuldade maior, então, encontra-se no novo projeto de Lei sobre o mercado de trabalho e que aprofunda a flexibilização, introduzindo novas categorias de trabalho flexível, como o “trabalho por chamada”, o “*staff leasing*” (através de institutos ou agências de contratação), e pela anulação da proibição de intermediação de mão de obra. Ou seja, a luta lenta e progressiva adotada pela CGIL pode ser reduzida a nada “ou quase nada”.

CONCLUSÕES

As diversas atuações do sindicalismo italiano (sindicatos, secções ou centrais) frente à flexibilização e precarização do trabalho, que su-

põem destruição de direitos trabalhistas no contexto de conservadorismo ou neoliberalismo, e de reafirmação da “ordem imperial” e de crise do capitalismo, levam-nos a várias reflexões e nos deixam algumas lições.

Os recentes posicionamentos da CGIL em favor dos direitos dos trabalhadores e contra a flexibilização do trabalho (criação do NidiL, manifestações e referendo de 2001, resoluções do XIV Congresso, referendo de 2003) são bem-vindos, principalmente pela importância dessa central no cenário nacional e internacional. Entretanto, supõe uma ruptura maior com a linha de “concertação” e uma atuação mais firme contra a flexibilização e a precarização. Lutar por alguns direitos – e só para algumas categorias – significa aceitar menos direitos, ou mesmo a eliminação de direitos; ou, ainda, continuar pactuando com o modelo de precarização imposto aos trabalhadores. A ilusão frente às cooperativas, incentivadas até fora do país, caso do Brasil, impressiona pelo abandono de tantos trabalhadores precarizados, e por difundir o mito que nelas possa estar a redenção dos trabalhadores, quando a realidade prova constantemente que não há incompatibilidade entre cooperativas e gestão a capitalista do trabalho. No atual contexto, são elas mais um instrumento da flexibilização e da precarização.

A nova reforma do mercado de trabalho de Berlusconi coloca, mais uma vez, um desafio à CGIL, pois a obrigará a rever sua linha de atuação. Os poucos resultados positivos obtidos através da contratação de alguns direitos poderão ser anulados ao desaparecer a categoria sobre a qual tais contratos foram realizados (“co.co.co.” e “interinos”, os temporários). Resta ver qual será a opção da grande Central: iniciar outra contratação relativa às novas formas a serem criadas, ainda mais flexíveis, obtendo depois de árduo trabalho “alguns direitos” ainda menores que hoje, ou rever sua linha de atuação e seus fundamentos, optando por uma clara e efetiva oposição à destruição das proteções aos trabalhadores que poderia levar até mesmo à não efetivação dessa Lei.

A Federação dos Metalúrgicos, filiada à Cen-

tral (FIOM/CGIL) mostra maior empenho e audácia, a exemplo de sua atuação na renovação do contrato de trabalho de 2003. Sua ação notabiliza-se pela recuperação do contrato, desafiando a legalidade que legitimava o acordo CISL/UIIL/Cofindustria, resgatando assim não só os valores de reajuste, mas sobretudo a afirmação do reajuste linear, a transformação dos temporários (“interinos”) em trabalhadores com contrato por tempo indeterminado, o rechaço à entrada das novas regras do mercado de trabalho, Notabilizam-se pela defesa dos direitos e da democracia, não apenas por palavras, mas por uma firme ação. Assinalam uma “nova rota” para a CGIL.

O sindicalismo de base (RdB/CUB), sem a estrutura e os recursos da CGIL, mostra maior clareza e firmeza nessa questão. Não há como compactuar com a precarização, com a flexibilidade que apenas significa destruição dos direitos dos trabalhadores. Sem esperar pela revolução, por mudanças profundas desta sociedade, apontam para uma distribuição mais justa da riqueza, entendendo que não sejam os trabalhadores os únicos a pagar o preço da crise do capitalismo. Sua ação em favor da preservação dos direitos, transformando contratos “atípicos”, flexíveis, precários em contratos regulares, com direitos trabalhistas, revela-se mais adequada a esses tempos.

O dilema da CGIL, como afirmamos, é reforçado pela nova reforma do mercado de trabalho que aprofunda a flexibilização. Entretanto, não tem origem nessa reforma e sim nas concepções, na avaliação e nas escolhas feitas frente aos grandes desafios e que remetem às temáticas sobre os rumos da sociedade, as concepções sobre o papel da tecnologia e dos trabalhadores, os mitos sobre o fim do valor-trabalho. Nunca é demais insistir no esclarecimento dessas questões: seguindo Castel (1998), reafirmamos que ainda estamos na sociedade do trabalho e, também, na sociedade salarial, em degradação, é certo, mas ainda nela. O valor-trabalho depende dos trabalhadores, da produção para sua formação (o valor econômico), e, principalmente, é ainda ele, o valor-trabalho, no sentido sociológico, que estrutura a sociedade. Portanto,

diante da flexibilização e da precarização que nos impõem, só resta sua rejeição. Lembrando um dos grupos que participam da *May Day Parade* o 1º de Maio dos Trabalhadores Precários, “*Gli Insubordinati*”, ou “Os Insubordinados”, nome que se origina num trocadilho com a palavra “*parasubordinati*”, isto é, subcontratados. Pois bem, eles preferem a “insubordinação” (ou a contratação com direitos ou, mais que isso, o direito de existir dignamente). Ousaríamos dizer que essa é a via correta.

A questão do desemprego, das aposentadorias, da flexibilização e da precarização pertencem a um mesmo modelo de desenvolvimento e exigem uma mesma opção de estratégia de lutas e de resistência. O desemprego e a destruição que acarreta, porque implica a negação do ser social, não podem ser mitigados com a falsa solução da precarização. Num primeiro momento, há sem dúvida o alívio frente ao pior, a negação absoluta. Porém, depois surge o drama da eterna insegurança, da deriva como norma, da intermitência entre desemprego e empregos temporários, insuficiente para estruturar uma vida. A isso tudo, o alerta para construirmos outro caminho que traz implicitamente a ruptura com a flexibilização e a precarização.

(Recebido para publicação em agosto de 2004)

(Aceito em agosto de 2004)

REFERÊNCIAS

BUONFIGLIO, Maria Carmela. Flexibilização do trabalho e perspectivas do direito do trabalho na sociedade global de risco. In: LYRA, R. P.(Org.). *Direitos Humanos. Os desafios do século XXI. Uma abordagem interdisciplinar*. Brasília: Brasília Jurídica Ed., 2002.

_____. Trabalhadores e a atual reestruturação produtiva: inventário de resistências. In: *HISTÓRIAS de trabalho 1996/1997*. Porto Alegre: EU/Porto Alegre, 1998.

_____. Reestruturação produtiva e o renascimento da resistência dos trabalhadores nos Anos 90. *Política e trabalho* n. 13, João Pessoa: PPGS/UFPB: A União Editora, 1997.

CARARO, S. et al. *La Coscienza di Cipputi. Eurobang/3. Inchiesta sul lavro: soggetti e progetti*. Napoli: Media Print, 2003.

CAPELLO, Stefano. Da socio lavoratore a schiavo lavoratore. *Sindacalismo di Base n.12*. Disponível em: www.mercatiesplosivi.com/dibase/page216.htm. Acesso em: 22/07/03.

CARRIERI, Mimmo. *Agire per accordi. La concertazione nazionale e locali*. (con contributi di Guglielmo Epifani, Alberto Malavolti, Raffaele Minelli). *La dimensione sociale della contrattazione*. Roma: Ediesse, 2001. (Coleção CGIL).

CASTEL, Robert. Il lavoro: 'un valore in via di sparizione'? *Iride* 23, Filosofia e Discussione Pubblica. Il Mulino, anno 11, apr. 1998.

CGIL. *Le proposte della CGIL per estendere diritti e tutele. 5 milioni di buone idee*. [S.l.], 2003.

CGIL- NIDIL. *Piccolo manuale di sopravvivenza per collaboratori, lavoratori interinali, associati in partecipazione e consulenti* - Roma: mar. 2003, 31p.

_____. *Piccolo manuale di sopravvivenza per collaboratori e lavoratori interinali*. [S.l.], ag. 2002.

_____. *Identità emergenti. Guida 2002*. [S.l.], 96p.

CGIL- Rassegna. *La controriforma del mercato del lavoro. Istruzione per l'uso*. [S.l.], mar., 2003.

CUB. Documento per la *II Assemblea Nazionale - Confederazione Unitaria di Base - CUB. Rimini 9-10-11 maggio 2003. Con la CUB si può*. Documento 17/02/03; 46p.

_____. Senza diritto a niente: Fiumicino, l'assurda storia dei soci della cooperativa Res Nova: tanta flessibilità, un salario da fame e nemmeno la mensa. Da sessão Rassegna Stampa. *Liberazione*, [S.l.], 26 mag. 2003. Disponível em: www.cub.it/htm-rassegna_stampa/2003_maggio26senza-diritti.htm. Acesso em: 25 jul. 2003.

GALLINO, Luciano. *Il costo umano della flessibilità*. Roma-Bari: Laterza, 2001.

GIOVANNINI, Paolo; INNOCENTI, Raimondo (Orgs.). *Prato. Metamorfosi di una città tessile*. IRIS. Milano: Franco Angeli Ed, 1996.

MALABARBA, Gigi. *Dai Cobas al Sindacato. Un percorso per ricostruire un'organizzazione di classe dei lavoratori*. Roma: DataneWS Editrice, 1995.

MEGHNAGI, Saul (Org.). *Una negoziazione Complessa. Attori, metodi, conoscenza*. Coleção CGIL La dimensione sociale della contrattazione. Roma: Ediesse, 2001.

MONACO, Marilisa (Org.). *Il momento è atipico. I lavoratori flessibili dicono la loro. Ascoltano e rispondono Guglielmo Epifani e Emilio Viafora*. CGIL.Nidil - Roma: genn., 2003.

MONTANARI, Laura. Atipico, precario, se questo è lavoro. I nuovi contratti a quota 65 mila, come cambieranno la società. *La Repubblica*, [S.l.], martedì, 11 febb., 2003.

MARTUFFI, Rita; VASAPOLLO, Luciano. Lavoro precario o lavoro vero? *Proteo*. Roma, Cestes-Proteo, jan./abr., 2003.

NIDIL NEWS. [S.l., s.n.], maggio-giugno. 2002

ODA, Nilson T. *Gestão e trabalho em cooperativas de produção: dilemas e alternativas à participação*. [S.l.], 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção).

PIANTANDOSI, Giulio; NOBILE, Romano. *Lavorare stronca. Senza diritti. Senza dignità. senza futuro*. Roma: Malatempora/Lampi: [sd.: 2002 ou 2003]. Disponível em: www.malatempora.com malatempora@libero.it.

DOCUMENTOS E SITES INTERNET:

CGIL: www.cgil.it

a) *Lavoro Società: Cambiare rotta*. XIV Congresso CGIL. Documento Congressuale. (40 p.)

b) *Diritti e Lavoro in Italia e in Europa*. XIV Congresso CGIL. Documento Congressuale.

COBAS: www.cobas.it

CDLC - Comitato Difesa dei Lavoratori Delle Cooperative: www.ecn.org/cldc/new/Prima.htm

RDB: www.rdbcbuc.it

CUB: www.cub.it

Nidil/CGIL: www.cameradeilavori.it

1. nidil magazine (Acesso em: 07/05/03)

a) Il lavoro atipico a Roma 1

b) Il lavoro atipico a Roma 2

c) Istituto Superiore di Sanità: più diritti per i collaboratori

d) Viaggio a Messina. Gli atipici in una regione in eterna crisi.

e) Un pò di dati: la ricerca Isf

Governo: BIAGI, Marco: *Il libro bianco del lavoro*: www.welfare.it. Acesso em: mar. 2003.

ARTIGOS CONSULTADOS NO *Il Manifesto (via internet) www.mir.it* QUE MERECEM DESTAQUE:

Il contratto rinasce in periferia, de Gabriele Polo *Il Manifesto*, 26-7-03.

Artigiani critici, 19-06-03

La Democrazia, Il Manifesto 30/06/03

Call center, in arrivo più diritti Il Manifesto 10/7/03

Il Messaggero, 9/6/03: La carica degli LSU marcia su Roma, P. Bizzoni.